



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

191ª ASSEMBLEIA ORDINÁRIA

DIAS 14, 15 E 16 DE DEZEMBRO DE 2010

ATA

1 Às catorze horas, do dia 14 de dezembro de dois mil e dez, na Sala de Convivência do 10º
2 andar do Edifício Parque Cidade Corporate, Torre A, Setor Comercial Sul B, Quadra 9, em
3 Brasília/DF, Sede da Secretaria de Direitos Humanos/SDH, em Brasília/DF, foi dado início à
4 Centésima Nonagésima Primeira Assembleia Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da
5 Criança e do Adolescente/CONANDA, sob a Presidência do Sr. Fabio Feitosa da Silva.
6 Presentes os Conselheiros: Representantes de **Órgãos Governamentais Titulares:** Carmen
7 Silveira de Oliveira – Secretaria de Direitos Humanos e Vice-Presidente do CONANDA;
8 Geórgia Maria Guimarães de Oliveira – Representante do Ministério da Fazenda/MF; Rosiléa
9 Maria Roldi Wille – Representante do Ministério da Educação/MEC. Representantes de
10 **Órgãos Governamentais Suplentes:** Danielly dos Santos Queirós – Representante do
11 Ministério da Educação/MEC; Davi Ulisses Brasil Simões Pires – Representante do
12 Ministério da Justiça/MJ; Cicera Bezerra de Moraes – Representante da Secretaria de Direitos
13 Humanos/SDH. Representantes de **Órgãos Não-Governamentais Titulares:** Fabio Feitosa
14 da Silva - Presidente do CONANDA; Andrea Franzini – Representante da Pastoral do Menor;
15 Miriam Maria José dos Santos – Representante da Inspeção São João Bosco – Salesianos;
16 Tiana Sento-Sé – Representante do IBISS; Raimunda Núbia Lopes da Silva – Representante
17 da Central Única dos Trabalhadores – CUT; Maristela Cizeski – Representante da Pastoral da
18 Criança; Ariel de Castro Alves – Representante do Movimento Nacional dos Direitos
19 Humanos – MNDH; Glícia Thais Salmeron de Miranda – Representante da Ordem dos
20 Advogados do Brasil – OAB; Helen Crystine Corrêa Sanches – Representante da Associação
21 Brasileira de Magistrados e Promotores de Justiça da Infância e Juventude/ABMP; Djalma
22 Costa – Representante da Associação Nacional dos centros de defesa da Criança e do
23 Adolescente/ANCED; Maria Luiza Moura Oliveira – Representante do Conselho Federal de
24 Psicologia; Sérgio Eduardo Marques da Rocha – Representante das Aldeias Infantis
25 SOS/Brasil; Carlos Nicodemos – Representante do Movimento Nacional de Direitos
26 Humanos/MNDH. Representantes de **Órgãos Não-Governamentais Suplentes:** Beto –

27 Representante da Federação Nacional dos Empregados em Instituições Benéficas,
28 Religiosas e Filantrópicas/FENATIBREF; Iralda Cassol Pereira – Representante da Sociedade
29 Literária Caritativa Santo Agostinho; Aracélia Lúcia Costa – Representante da Federação
30 Nacional das APAES; Alfredo Bernardo Pereira da Silva – Representante da Secretaria de
31 Políticas de Promoção da Igualdade Racial/SEPPIR; Sílvia De Mattos Duarte – Representante
32 da Associação Brasileira de Autismo/ABRA; Paula Passos Fernandes de Carvalho –
33 Representante da Fundação ORSA; Alessandra Mara França – Representante da ONG
34 Criança Segura; José Rubens do Amaral Zaitune – Representante da Sociedade Brasileira de
35 Pediatria/SBP; Ana Karina Fragoso Mascarenhas – Representante da Associação Brasileira
36 dos Terapeutas Ocupacionais/ABRATO; Kênia Augusta Figueiredo – Representante do
37 Conselho Federal de Serviço Social/CFESS; Antônio Dantas – Representante da Força
38 Sindical. **Convidados:** Vital Didonet – Representante da Rede Nacional Primeira
39 Infância/RNPI; Paula Rosa – Representante da Rede ANDI; Raphael Gomes – Representante
40 da Rede ANDI; Walisson Araújo - Coordenador-Geral do Sistema de Garantia de Direitos da
41 Criança e do Adolescente; Flávia – Representante do Sistema de Garantia de Direitos da
42 Criança e do Adolescente; Jáder José de Oliveira – Secretária Nacional dos Direitos da
43 Criança e do Adolescente. Flávio Silveira – Representante do Meta Instituto de Pesquisa;
44 Laura de Oliveira Neis – Representante do Meta Instituto de Pesquisa; Ministro Paulo de
45 Tarso Vannuchi – Ministro Chefe de Estado da Secretaria de Direitos Humanos/SDH; Maria
46 do Rosário – Deputada Federal e futura Ministra Chefe de Estado da Secretaria de Direitos
47 Humanos/SDH; Oto de Quadros – Representante do Fórum Nacional DCA; Benedito dos
48 Santos - Consultor do Fundo das Nações Unidas para a Infância/UNICEF. **Coordenação-**
49 **Geral do CONANDA:** Margarida Munguba Cardoso – Coordenadora Geral do CONANDA;
50 Lilian Cordeiro Prates – Assessora do CONANDA. **Pauta:** 1) Relato das Comissões
51 Permanentes; 2) Informes Gerais; 3) Encontro com o Ministro Chefe de Estado da Secretaria
52 de Direitos Humanos, Paulo de Tarso Vannuchi e a Deputada Federal Maria do Rosário; 4)
53 Cronograma das Assembleias do CONANDA para 2011; 5) Reunião em separado da
54 Sociedade Civil e do Governo sobre a Política Nacional e o Plano Decenal dos Direitos
55 Humanos de Crianças e Adolescentes; 6) Posse dos novos conselheiros Biênio 2011/2012; 7)
56 Apresentação do projeto do SIPIA 1; 8) Prazo das Conferências Nacionais e o tema da 9ª
57 Conferência Nacional; 9) Resolução dos Conselhos Tutelares; 10) Encerramento. **Abertura.**
58 O Presidente do CONANDA, Conselheiro Fabio Feitosa da Silva, abriu a reunião
59 cumprimentando e agradecendo a presença de todos. Solicitou breve apresentação dos
60 participantes e em seguida leu a pauta daquela reunião, destacando que como não foi indicada
61 nenhuma instituição para a Reformulação do SIPIA CT o tema voltaria para ser votado na
62 próxima plenária. Com isto, foi aprovada a pauta sem nenhuma alteração. **Relato das**

63 **Comissões Permanentes – Comissão de Políticas Públicas/CPP.** O Conselheiro Andrea
64 Franzini destacou que foi solicitado pautar na apresentação da Comissão o Plano Nacional da
65 Primeira Infância, destacando que foi objeto de reunião extraordinária da mesma ocorrida no
66 dia dois do corrente mês. Informou que aquele plano fora lançado com grande repercussão e
67 divulgação na mídia no dia sete do mesmo mês. Com isso e considerando que: o Plano não
68 instituiu relação de paralelismo ou contradição entre a Política Nacional e o Plano Decenal
69 dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes; era importante o Plano da Primeira
70 Infância no contexto de garantia de direitos da criança e do adolescente; seu prévio
71 lançamento; a necessidade de integração do mesmo com a Política Nacional e o Plano
72 Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes; a comissão sugeria ao
73 CONANDA aprovar o plano e criar uma agenda permanente de acompanhamento e
74 monitoramento, garantindo a participação do CONANDA, mas tendo a rede Nacional da
75 Primeira Infância/RNPI como articuladora maior. Posto isto, a Conselheira Miriam Maria
76 José dos Santos ressaltou que a proposição da Comissão seria no sentido de o CONANDA
77 referendar o referido Plano, a exemplo do Plano de Erradicação do Trabalho Infantil e do
78 Plano de Enfrentamento à Violência Sexual. Em seguida, o Conselheiro Djalma Costa
79 ponderou que o CONANDA não tinha condições de realizar o acompanhamento e
80 monitoramento do Plano, a exemplo de uma diversidade de planos, inclusive com solicitação
81 e compromisso pactuado de acompanhamento que não necessariamente acontecia. Destacou,
82 por fim, alguns cuidados quando se construía uma política pública que o Conselho deveria ter,
83 ressaltando que era importante acolher a produção da sociedade levando como contribuição
84 para fortalecimento e garantia do direito da infância, sem criar uma escala hierárquica de
85 política ou plano mais importante para a infância brasileira. Isto posto, a Conselheira Carmen
86 Silveira de Oliveira destacou que a aprovação do Plano implicaria à SDH e ao Secretaria
87 assumir alguns compromissos indicados no mesmo, ressaltando que o plano indicou que
88 caberia ao CONANDA e à SDH instituir e coordenar um sistema nacional de
89 acompanhamento e monitoramento do Plano e que, do ponto de vista político a coordenação
90 do plano seria incumbência do CONANDA e o lugar político e administrativo da coordenação
91 seria designado formalmente pela Presidência da República. Com isto, sugeriu como
92 encaminhamentos: aprovação do Plano pelo CONANDA; a definição de objetivos
93 estratégicos relacionados à primeira infância na Política Nacional e no Plano Decenal; co-
94 instalação com a RNPI um sistema de acompanhamento e monitoramento do plano; sugerir à
95 nova Ministra de Direitos Humanos, Sra. Maria do Rosário, a partir da gestão 2011 em diante,
96 a análise que colocava a SDH como possível órgão coordenador do Plano, demandando,
97 assim, Decreto à Presidência da República no sentido desta definição. Com isto, a Conselheira
98 Miriam Maria José dos Santos sugeriu também como pauta para a próxima gestão do

99 CONANDA a discussão da transformação do citado Plano em Projeto de Lei. Com tanto, o
100 plano foi referendado pelo Conselho. Seguindo, o Conselheiro Andrea Franzini destacou que
101 a comissão deixava como legado para a próxima CPP que se formaria na gestão seguinte a
102 função de discutir com os segmentos contrários ou não à redução de danos atinentes à questão
103 da saúde mental. Deixou como legado também a revisão de cartilhas metodológicas para
104 CRAS e CREAS, elaborada pelo MDS a partir de encaminhamento dado pela Conferência
105 Nacional. Com relação ao Plano de Enfrentamento da Violência Sexual, a Conselheira Maria
106 Luiza Moura Oliveira, representante do CONANDA no Comitê Nacional de Enfrentamento
107 da Violência Sexual, ressaltou que todo o material trabalhado nos grupos que reuniram todos
108 os comitês regionais seriam processados e sistematizados pelo NASC e seria repassado
109 posteriormente ao Comitê e ao CONANDA. Isto posto, o Sr. Fabio Feitosa da Silva
110 questionou sobre o andamento da pesquisa censitária de criança e adolescente em situação de
111 rua. Ao passo que a Conselheira Miriam Maria José dos Santos esclareceu que a pesquisa não
112 foi discutida no âmbito da CPP, portanto, sugeriu a apresentação da mesma em plenário e
113 caso houvesse alguma dúvida, fosse exaurida naquele momento. Todavia, o Sr. Flávio
114 Silveira, do Meta Instituto de Pesquisa, instituto responsável pela pesquisa, esclareceu que foi
115 proposição da CPP que o mesmo fizesse a apresentação em plenária do conjunto de
116 informações complementares solicitadas pela Comissão, ressaltando que tomaria muito tempo
117 a apresentação de toda a pesquisa. Com isso, a Conselheira Miriam Maria José dos Santos
118 esclareceu que a pesquisa foi apresentada anteriormente na CPP juntamente com um
119 representante das demais comissões permanentes e que a mesma foi objeto de edital do
120 CONANDA e a CPP acompanhou os trabalhos desenvolvidos. Na última reunião da
121 Comissão, em setembro, houve a apresentação sobre os dados coletados na pesquisa e a
122 Coordenadora da CPP juntamente com outras pessoas solicitaram que fossem feitos outros
123 tipos de cruzamentos. Todavia, não seria possível apresentar a pesquisa devido a não ter sido
124 feito a série histórica da mesma. Contudo, a Conselheira Carmen Silveira Oliveira destacou
125 que o próximo encontro do CONANDA seria em Março e havia a necessidade de se pensar na
126 divulgação daqueles dados. Na sequência, o Conselheiro Djalma Costa lembrou que foi
127 prerrogativa da pesquisa a realização de uma série de seminários e debates em torno
128 da pesquisa. Ao passo que foi esclarecido que, de acordo com o convênio firmado com o
129 instituto, era premente encerrar o relatório final, que seria divulgado anteriormente à
130 realização dos seminários e destes seria divulgado novo relatório com as contribuições. Ao
131 passo que o Sr. Flávio Silveira informou que o relatório já tinha sido entregue e que a etapa
132 seguinte seria indicar qual material iria ser objeto de divulgação para a imprensa. Com isso, o
133 Conselho deliberou por fazer a apresentação da pesquisa em fevereiro de 2011 e, em março
134 do mesmo ano, a realização de um Seminário a fim de discutir o release para ser divulgado à

135 imprensa e a aprovação do relatório. Isto posto, findou-se o relatório da CPP. **Relato das**
136 **Comissões Permanentes – Comissão de Mobilização e Formação/CMF.** A Conselheira
137 Maristela Cizeski informou que a comissão se reuniu naquela manhã e estavam presentes a
138 mesma, a Conselheira Tiana Sento-Sé, a Sra. Paula Carvalho, representante da Fundação
139 ORSA, o Conselheiro Alfredo Bernardo Pereira da Silva, além da Conselheira Aracélia Lúcia
140 Costa. Destacou que primeiramente a comissão fez um balanço das atividades em 2010,
141 destacando que a Comissão logrou êxito na implementação e monitoramento do Portal dos
142 Direitos da Criança. Todavia, não foi possível a criação de um blog que contemplaria a
143 participação dos adolescentes. Ressaltou que, como avanço, a Rede ANDI provocou duas
144 oficinas, infância e comunicação, e uma delas foi exclusivamente a discussão da Política e do
145 Plano Decenal. A comissão ponderou que era imperativo avançar e garantir a construção e
146 deliberação de um plano de comunicação para o CONANDA. E também a transmissão *online*
147 das assembleias do Conselho. Informou que a comissão encontrava-se em débito também
148 quanto ao fortalecimento dos conselhos de direitos e conselhos tutelares, destacando que a
149 Resolução dos Conselhos encontrava-se em tramitação na Casa Civil da Presidência da
150 República. Ressaltou que o Encontro das Comissões de Orçamento e Finanças/COFs foi
151 muito positivo para a divulgação da Resolução nº 137. E com relação aos conselhos de
152 direitos e tutelares, o objetivo foi atingido, mas houve grande fragilidade na logística.
153 Destacou também que, segundo informações do Conselho Estadual de Rondônia, a reunião
154 descentralizada em Rondônia fortaleceu o próprio Conselho e o sistema de garantia de direitos
155 do estado. Quanto à implantação e monitoramento das Escolas de Conselho, a comissão
156 sugeriu uma reunião específica que regulamentasse o funcionamento das mesmas, além de
157 mobilizar os Conselhos para as conferências municipais e conferências estratégicas; solicitar
158 urgentemente do OCA o relatório para análise das comissões e da plenária. Por fim, divulgar a
159 resolução dos Conselhos, visto que não fora publicada. Destacou o cancelamento das duas
160 teleconferências previstas. Informou ainda que a CMF avaliou positiva a consulta pública,
161 porém, o prazo foi exíguo para a participação da sociedade. Complementando as informações,
162 a Conselheira Aracélia Lúcia Costa destacou que a Comissão sugeriu à CMF para o ano
163 seguinte novo encontro com os conselhos à luz do balanço dos vinte anos do FIA, Fundo da
164 Infância e Adolescência. Por fim, a Conselheira lembrou que a comissão sugeria também ao
165 CONANDA uma análise da Política Nacional e do Plano Decenal pelos Conselhos Setoriais,
166 com objetivo de comprometê-los e que o documento faça parte da pauta dos mesmos,
167 garantido a ele maior visibilidade. **Relato das Comissões Permanentes – Comissão de**
168 **Direitos Humanos e Ação Parlamentar/CMF.** A Conselheira Maria Luiza Moura Oliveira
169 destacou que foi importante a Resolução que criou a Comissão, editada em agosto do corrente
170 ano. Deste modo, a Comissão só teve quatro meses para executar algumas atividades que

171 estava no planejamento da Comissão. Destacou que apesar das dificuldades, a comissão
172 conseguiu criar uma rotina mínima de passos internos do volume de atividades que eram
173 demandadas à comissão. Uma dificuldade encontrada foi a falta de paridade da Comissão,
174 porém, não impediu os trabalhos da mesma. Ressaltou que uma atividade que foi posta para a
175 comissão foi o acompanhamento e a incidência política do Conselho junto ao Congresso
176 Nacional e avaliou que a CDH não cumpriu de forma integral essa função em conjunto com o
177 Projeto Criança Prioridade no Parlamento. Na sequência, a Sra. Helen Crystine Corrêa
178 Sanches destacou que com relação à ação parlamentar, a CDH ficou centrada em um
179 movimento reativo devido à falta de estrutura. Nesse sentido, a avaliação era negativa,
180 considerando que se a intenção de fato era uma incidência política e de forma propositiva.
181 Portanto, a importância dessa comissão e da atuação do Conselho ficava muito clara nesse
182 sentido, com vistas ao novo parlamento que iniciava nova legislatura no ano seguinte.
183 Destacou a positividade da criação de um fluxo interno para as denúncias e questionamento
184 feitos à comissão. Ainda lembrou do apoio técnico de uma funcionária concedido àquela
185 comissão pela SPDCA, o que facilitou muito o fluxo. Afirmou que houve uma demanda que a
186 Comissão conseguiu atender, que era a questão do cumprimento pelo Governo Brasileiro do
187 monitoramento da Convenção da ONU. Lograram êxito em avanços nas relações com os
188 Conselhos Nacionais, especialmente o Conselho Nacional de Justiça. Por fim, destacou que
189 haviam três desafios para o próximo biênio, a reforma política do CONANDA, o GT para
190 revisão da Resolução nº 113 para adequá-la às diretrizes da Política Nacional e do Plano
191 Decenal e o GT do disque Conselho Tutelar. Por fim, a Conselheira Maria Luiza Moura
192 Oliveira lembrou a revisão da Resolução nº139. Ao passo que o Sr. Fabio Feitosa da Silva
193 lembrou que este tema seria tratado posteriormente no item dos informes. **Relato das**
194 **Comissões Permanentes – Comissão Orçamento e Finanças/COF.** O Conselheiro Djalma
195 Costa afirmou que a Comissão demandava instrumentos que organizasse e operacionalizasse
196 o fluxo da mesma. Ressaltou a importância do relacionamento com os doadores do FIA, além
197 da importância dos relatórios das doações com os projetos financiados pelo fundo.
198 Recomendou uma participação mais efetiva do Conselho na Comissão de avaliação e
199 validação de projetos da Petrobrás, de modo a retomar o diálogo com a Estatal. Destacou a
200 aprovação e posterior publicação da Resolução nº 137, que regulamenta os parâmetros e
201 funcionamento do FIA, ressaltando que era um desafio que ficava para próxima gestão dar
202 continuidade ao processo de visibilidade e fortalecimento da referida Resolução. Afirmou que
203 o principal desafio que o CONANDA tinha era de incidir no orçamento público federal afim
204 de não mais depender da somente da captação de recurso na sociedade civil organiza e
205 empresas. Destacou também a Resolução 138, que dava orientação aos doadores do FIA.
206 Ressaltou que era preciso deixar mais claro à sociedade a nota técnica da Receita Federal

207 sobre CNPJ próprio dos Fundos, que orientou que os fundos tivessem CNPJ próprio a título
208 de código identificador. Lembrou a realização do Encontro das COFs, em julho do corrente
209 ano, que reuniu as 27 COFs dos 27 estados da federação, a participação no seminário e
210 captação de promotores públicos de Santa Catarina. Informou que outro desafio que ficaria
211 para a próxima gestão da COF seria o de articular as instâncias devidas e acompanhar a
212 elaboração e a implantação do plano de ação da Política Nacional e do Plano Decenal.
213 Destacou, por último a minuta de projeto de lei que permitiria a transferência fundo a fundo,
214 lembrando que no entendimento daquele Conselho era um instrumento necessário para o
215 fortalecimento dos conselhos de direitos, ou seja, seria a possibilidade de ter mecanismos
216 legais para que a transferência de recursos do FIA acontecesse de forma menos burocrática e
217 direta. A Conselheira Glícia Thais Salmeron de Miranda sugeriu a criação de um instrumento
218 orientador para a utilização dos recursos do fundo. Findado este momento de avaliação do
219 planejamento das Comissões, o Presidente, Sr. Fabio Feitosa da Silva abriu aos demais para
220 destaques. Ao passo que a Conselheira Carmen Silveira Oliveira destacou que o movimento
221 da infância se segmentou em vários fóruns e redes temáticas e sugeriu à CMF uma
222 mobilização entre as redes. Sugeriu também à CDH incidir no anteprojeto de lei de Conselhos
223 Tutelares para que o maior número das propostas do CONANDA tivessem efetividade.
224 Propôs ainda uma ação conjunta entre a CDH, CPP e COF no sentido de mobilizarem em
225 torno das emendas parlamentares. O Conselheiro Djalma Costa ressaltou a necessidade da
226 normatização da mesa diretora na estrutura do Conselho, através de uma nova resolução.
227 Além da necessidade da continuidade do Portal e um projeto de comunicação do CONANDA.
228 **Encontro com o Ministro Chefe de Estado da Secretaria de Direitos Humanos, Paulo de**
229 **Tarso Vannuchi e a Deputada Federal Maria do Rosário.** O Ministro Paulo de Tarso
230 Vannuchi agradeceu a todos e ressaltou que era sempre uma alegria o convívio com todos e
231 era uma emoção especial por ser tratar também de uma despedida. Destacou que a futura
232 Ministra Chefe de Estado da Secretaria de Direitos Humanos, Maria do Rosário, aproveitando
233 a oportunidade da reunião dos colegiados estaria presente naquele momento. Após afirmou
234 que gostou da indicação dela para o cargo que ocupava naquele momento, ressaltando que a
235 mesma já possuía uma afinidade maior com aquele colegiado pela própria militância dela.
236 Destacou também a vantagem da futura ministra de ser parlamentar, o que ajudaria na
237 articulação junto ao parlamento. Por fim agradeceu novamente e, desta monta, o CONANDA
238 lhe rendeu homenagens, o agraciando com uma caixa de chocolates. Na sequência, e com a
239 chegada da futura Ministra, o Presidente do CONANDA, o Conselheiro Fabio Feitosa da
240 Silva, juntamente com a Vice-Presidente do CONANDA, Conselheira Carmen Silveira de
241 Oliveira, fizeram um breve histórico e uma contextualização das atividades do CONANDA
242 naquele momento, ressaltando a construção da Política Nacional e do Plano Decenal. Isto

243 posto, os presentes ali, fizeram breve apresentação e deram as boas vindas e palavras de apoio
244 à futura Ministra. Em seguida, a futura Ministra, Sra. Maria do Rosário agradeceu a todos os
245 conselheiros e conselheiras. Teceu elogios à atuação da Conselheira Carmen Silveira de
246 Oliveira. Registrou também seu agradecimento ao Ministro Paulo de Tarso Vannuchi nesse
247 momento de transição de governo. E solicitou de pronto uma reunião com o CONANDA com
248 o intuito de desdobrar metas e já trabalhar o Plano Decenal na perspectiva do PPA, além de
249 ouvir as preocupações das entidades. Afirmou que queria criar símbolos para a sociedade
250 Brasília, bem como a implantação do Sistema Nacional de Atendimento
251 Socioeducativo/SINASE em sua plenitude. Em seguida, reafirmou o compromisso da
252 Presidente eleita, a Sra. Dilma Rousseff, de atenção prioritária às crianças brasileiras. E
253 convidou a Conselheira Carmen Silveira de Oliveira a continuar exercendo a sua função
254 dentro daquele órgão. Por fim, agradeceu novamente a todos e foi agraciada com as boas
255 vindas em forma de uma flor. **Posse dos novos conselheiros Biênio 2011/2012.** O Sr. Fabio
256 Feitosa da Silva fez breve leitura destacando os avanços auferidos durante a gestão 2009/2010
257 e também os desafios para a próxima gestão no biênio 2011 e 2012. Na sequência, a
258 Conselheira Carmen Silveira de Oliveira fez breve palavra de despedida àqueles conselheiros
259 que deixavam o Conselho e também uma palavra de boas vindas aos novos Conselheiros,
260 ressaltando os desafios postos. Após, o Sr. Oto de Quadros, Secretário Adjunto do Fórum
261 Nacional DCA, fez também uma fala ressaltando que a não participação da sociedade civil
262 neste conselho era inconstitucional e também as responsabilidades do CONANDA, enquanto
263 Conselho Nacional dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes. Por fim, destacou alguns
264 compromissos pertinentes daqueles que eram então empossados e agradeceu a palavra. Posto
265 isto, aqueles conselheiros que não mais fariam parte daquele Conselho, o Conselheiro Ariel de
266 Castro Alves e o Conselheira Djalma Costa, fizeram seus agradecimentos e reafirmaram seu
267 compromisso com os direitos das crianças e dos adolescentes. Desta monta, foi dada posse
268 aos Conselheiros Suplentes: Sra. Tânia Mara Dornela dos Santos, Representante da
269 Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura/CONTAV; Sra. Sueli de Matos
270 Felipe Alves, Representante da Associação Brasileira de Autismo/ABRA; Sra. Denise Maria
271 do Rosário; Sr. Wellington Pereira da Silva, Representante da ONG Visão Mundial; Sra.
272 Sílvia de Matos Duarte, Representante da Associação Brasileira de Autismo/ABRA; Sra.
273 Paula Passos Fernandes de Carvalho, Representante da Fundação ORSA; Sr. José Rubens do
274 Amaral Zaitune, Representante da Sociedade Brasileira de Pediatria; Sr. Antônio Dantas,
275 Representante da Força Sindical; Sr. Ivan Garcia Velasco; Sra. Alessandra Mara Françóia,
276 Representante da ONG Criança Segura; Sra. Ana Karina Frago Mascarenhas, Representante
277 da Associação Brasileira dos Terapeutas Ocupacionais/ABRATO; Sra. Maria Luiza Moura
278 Oliveira, Representante do Conselho Federal de Psicologia; o Sr. Denilson Bento da Costa,

279 Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação/CNTE; Sra. Tiana
280 Sento-Sé, Representante do Instituto Brasileiro de Inovações pró-Sociedade Saudável/IBISS;
281 e a Sra. Kênia Augusta Figueiredo, Representante do Conselho Federal de Serviço Social. Na
282 sequência, foi dada posse aos Conselheiros Titulares: Sra. Helen Crystine Corrêa Sanches,
283 Representante da Associação Brasileira de Magistrados e Promotores da Justiça e da Infância
284 e Juventude/ABMP; Sra. Iralda Cassol Pereira, Representante da Sociedade Literária
285 Caritativa Santo Agostinho; Sr. Andrea Franzini, Representante da Pastoral do Menor; Sra.
286 Miriam Maria José dos Santos, Representante da Inspetoria São João Bosco – Salesianos; Sra.
287 Glícia Thais Salmeron de Miranda, Representante da Ordem dos Advogados e Advogadas do
288 Brasil; Sra. Aracélia Lúcia Costa, Representante da Federação Nacional das APAES; Sr.
289 Sérgio Eduardo Marques da Rocha, Representante das Aldeias Infantis SOS/Brasil; Sr.
290 Francisco Rodrigues Correia, Representante da Federação Nacional dos Empregados em
291 Instituições Benéficas Religiosas e Filantrópicas/FENATIBREF; Sr. Marco Antônio da
292 Silva Souza, Representante do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua; Sra.
293 Renata Rodrigues Flores Alves, Representante da Associação Cristã de Moços; Sr. Fabio
294 Feitosa da Silva, Representante da União Brasileira de Educação e Ensino/UBEE; **Sra.**
295 Raimunda Núbia Lopes da Silva, Representante da Central Única dos Trabalhadores/CUT;
296 Sra. Carlos Nicodemos, Representante do Movimento Nacional de Direitos
297 Humanos/MNDH; e Sra. Maristela Cizeski, Representante da Pastoral da Criança.
298 Formalizada a posse dos novos Conselheiros, o Sr. Fabio Feitosa da Silva abriu a palavra aos
299 demais e, aproveitando-se dessa oportunidade, o Conselheiro Andrea Franzini questionou à
300 Conselheira Carmen Silveira de Oliveira qual era a resposta para o convite feito pela futura
301 Ministra de Direitos Humanos, Maria do Rosário, ao passo que a mesma respondeu
302 positivamente ao convite. **Informes Gerais.** O Sr. Fabio Feitosa da Silva informou que: a) o
303 Edital de Seleção dos Projetos para Financiamento do FIA seria em conjunto com a SNPDCA
304 e seria deliberado em fevereiro de dois mil e onze; b) O Protocolo de Intenções da UNICEF
305 também seria discutido no ano de dois mil e onze. A Sra. Carmen Silveira de Oliveira
306 informou que a Resolução dos Conselhos Tutelares seria publicado ainda naquele ano. A Sra.
307 Glícia Thais Salmeron de Miranda informou que o Conselho da Seccional da OAB do estado
308 de Sergipe acionou na Justiça Federal os hospitais em função de terem sido fechadas as
309 urgências pediátricas. Com isto, solicitou moção de apoio do CONANDA para juntar à peça
310 de recurso que seria encaminhada ao Tribunal Regional Federal. O Conselheiro Sérgio
311 Eduardo Marques da Rocha informou que no dia seis do corrente mês foi assinada a primeira
312 resolução municipal de convivência familiar e comunitária do município de Mossoró. A
313 Conselheira Rosiléa Maria Roldi Wille informou que o Ministério da Educação/MEC, nos
314 diferentes fóruns que participava, fazia o esclarecimento do Projeto Escola Sem Homofobia,

315 que tinha por objetivo fazer o claro enfrentamento à homofobia nos espaços das escolas.
316 Projeto este que era extremamente criticado pelo Deputado Federal Jair Bolsonaro. A
317 Conselheira Carmen Silveira de Oliveira sugeriu que o CONANDA se manifestasse junto à
318 Comissão de Ética da Câmara dos Deputados Federais solicitando a punição do referido
319 parlamentar por quebra de decoro parlamentar. Com tanto, solicitou ao CONANDA
320 posicionamento acerca dos pronunciamentos do referido deputado, cobrando dele uma
321 posição pública. **Apresentação do projeto do SIPIA 1.** O Sr. Walisson Araújo informou que
322 desde o final de 2009, o CONANDA e a SPDCA faziam pactuações com os estados em um
323 processo de implementação do Sistema de Informações para a Infância e Adolescência/SIPIA
324 nas capitais e das 27 capitais, apenas três não tiveram qualificação específica na nova versão
325 da ferramenta do SIPIA Conselhos Tutelares/CT WEB. Entendendo a Secretaria teria que se
326 desobrigar dessa gestão por meio de convênios, vinha trabalhando ao longo de dois mil e dez
327 em um projeto de cooperação técnica internacional, discutindo o mesmo com a Agência
328 Brasileira de Cooperação/ABC e posteriormente com o Programa das Nações Unidas para o
329 Desenvolvimento/PNUD. Portanto, o projeto era a cooperação entre Secretaria, CONANDA e
330 PNUD, para interiorizar e descentralizar o sistema nos territórios brasileiros. A Conselheira
331 Carmen Silveira Oliveira acresceu informando que aqueles agências de cooperação com os
332 governos possuíam uma linha de apoio para fortalecimento e qualificação da política pública
333 e, entre as várias agências de cooperação, o PNUD dispunha de uma linha específica para
334 sistemas de informação e demonstraram muito interesse. Seguindo, o Sr. Walisson Araújo
335 apontou que as dificuldades apresentadas e que precisavam ser minimizadas era a ausência de
336 parâmetros, referenciais técnicos operacionais e didáticos para a implementação do SIPIA;
337 instabilidade na assistência e bem como na transferência de capacidades técnicas conceituais e
338 operativas; a descontinuidade nos processos de manutenção evolutiva; e a ineficiência nos
339 processos de monitoramento e avaliação. Indicou que uma das justificativas para a com a
340 ABC e, em particular, o PNUD era a expertise do PNUD e do seu próprio quadro funcional. E
341 as metas e a organização lógica do projeto encontraram uma acolhida no próprio
342 planejamento do PNUD no que se refere a este campo de governança democrática e
343 implementação de políticas que visam fortalecer setores críticos. Além da criação de um
344 intercâmbio internacional no que se refere a entender um sistema de informação como
345 ferramenta catalisadora da própria política para a infância e adolescência. E Destacou que o
346 projeto se organizou na perspectiva de contratar pessoas, algumas empresas ou instituições
347 que pudessem dinamizar ou enfrentar os problemas já apontados, no sentido de
348 universalização da política pública da Secretaria e do CONANDA e do próprio acesso ao
349 SIPIA, isso ao longo de três anos. E o seu grande objetivo era desenvolver processos de
350 referência de organização em redes junto aos estados e aos municípios para produzir,

351 transferir e disseminar capacidades técnicas, conceituais e operativas para implantar, expandir
352 e implementar o sistema web de informação com as interfaces junto ao observatório. como
353 ferramenta catalisadora das ações no campo da infância e da adolescência, se servindo do
354 potencial das redes locais na articulação da política pública e instrumentalizar outros
355 profissionais do sistema de garantia, em particular conselheiros tutelares e de direitos.
356 Informou que o projeto estava orçado em sete milhões e quatrocentos e oito mil em um prazo
357 de três anos. Isto posto, o Sr. Fabio Feitosa da Silva agradeceu pela apresentação feita e
358 destacou que aquele era um projeto para um dia inteiro de discussão. Com isto, ponderou a
359 necessidade de um tempo maior para uma discussão mais aprofundada, a fim de entender
360 como se daria a questão do monitoramento pelo CONANDA. Por fim, questionou como se
361 daria o processo de repasse do recurso do FIA para uma agência internacional, o PNUD.
362 Após, a Conselheira Miriam Maria José dos Santos, destacando a importância daquele
363 projeto, mostrou-se temerária pela execução do projeto se celebrada por uma instituição
364 internacional, o que, segundo ela, desqualificava as instituições nacionais. Além disso,
365 ressaltou que temia também o repasse do recurso do FIA a uma instituição internacional.
366 Preocupação também compartilhada pela Conselheira Maristela Cizeski. Com isto, pediu
367 vistas ao projeto, a fim de estudá-lo melhor. Diante do referido pedido de vistas, o
368 Conselheiro Djalma Costa solicitou que o projeto fosse repassado a todos os conselheiros no
369 intuito de se apropriarem melhor do mesmo. Desta monta, a Sra. Carmen Silveira Oliveira
370 esclareceu que o PNUD não executaria o projeto, somente estabeleceria parcerias em que
371 qualquer entidade nacional poderia concorrer aos editais abertos para consultorias ou para
372 prestação de serviços de manutenção, de constituição de redes e capacitação. Portanto, o
373 recurso seria apenas administrado pelo organismo internacional através da abertura de editais
374 públicos, com termos de referências elaborados pela SPDCA e CONANDA. Destacou que
375 uma das vantagens desse projeto era que obrigava a pensar um planejamento de médio prazo
376 e, além disso, uma cooperação com uma agência internacional qualificaria o CONANDA,
377 bem como a SDH. Informou que o acordo não foi feito diretamente com o PNUD, mas,
378 primeiramente, com a ABC, que é um órgão do Governo Federal que negocia com as agências
379 internacionais, e que pautou essa demanda apenas na metade do ano de 2010 e, por vários
380 critérios, indicou o Fundo de População das Nações Unidas/UNFPA para ser o possível
381 parceiro nesse empreendimento. Todavia, foi definido o PNUD. Reconheceu que houve um
382 equívoco por parte da SPDCA de não levar anteriormente ao conhecimento do CONANDA o
383 projeto. Entretanto, porque à época pareceu precipitado discutir no CONANDA o projeto já
384 que o Governo Federal, internamente, não tinha a sua aprovação. Acresceu que, caso não
385 houvesse uma aprovação pelo CONANDA, as negociações em 2011 voltariam ao início.
386 Todavia, o Sr. Fabio Feitosa da Silva ponderou que um projeto daquela magnitude não

387 poderia ser aprovado naquele momento sem uma profunda reflexão. Com a manutenção do
388 pedido de vistas, a Conselheira Carmen Silveira Oliveira solicitou que a devolução da análise
389 do projeto fosse feita anteriormente ao final daquele exercício, a fim de garantir a execução
390 orçamentária e o cumprimento dos compromissos diante do Banco do Brasil, além da não
391 interrupção da segunda fase de implementação do SIPIA. Todavia, a Conselheira Miriam
392 Maria José dos Santos informou que a proposta seria a próxima assembleia extraordinária do
393 CONANDA, em janeiro. Entretanto, a Conselheira Carmen Silveira Oliveira esclareceu que
394 inviabilizaria a implantação da segunda fase do SIPIA, considerando que o projeto perderia
395 sua validade junto ao PNUD e seria necessário reiniciar as tratativas com a ABC para
396 cooperação com uma nova ou a mesma agência internacional. Diante disto, o Sr. Fabio
397 Feitosa da Silva informou a seguinte proposta: que fosse formada uma comissão paritária com
398 representantes de cada comissão permanente para a leitura do projeto e subseqüente
399 aprovação *ad referendum* do plenário. Desta monta, foram indicados a compor a comissão os
400 conselheiro Fabio Feitosa da Silva, Miriam Maria José dos Santos e Maristela Cizeski, além
401 de três membros governamentais que seriam indicados no dia seguinte à esta reunião. Feito
402 isto, definiram o dia 22 do corrente mês para a reunião desta comissão, com o envio
403 antecipado do projeto, o Quadro de Detalhamento de Despesas de 12 de dezembro de dois mil
404 e dez da SPDCA, o Projeto de Lei Orçamentária e Anual/PLOA 2011 da SDH e do FIA. Isto
405 posto, o Conselheiro Carlos Nicodemos solicitou que o fluxo das matérias fosse garantido
406 dentro daquilo que preconizava o Regimento Interno do Conselho. Na seqüência, a
407 Conselheira Carmen Silveira Oliveira destacou que, do ponto de vista da SDH, se
408 comprometia com o prévio envio dos pareceres dos convênios e projetos analisados à COF,
409 solicitando à COF que não fosse objeto de apreciação da plenária nenhum projeto que não
410 tivesse sido previamente analisado pela mesma. E, por fim, solicitou um compromisso maior
411 do Conselho de acompanhamento dos seus projetos estratégicos, especialmente daqueles
412 financiados pelo FIA. Nesse sentido, a Conselheira Glícia Thais Salmeron de Miranda
413 solicitou reforço de recursos humanos e na estrutura de apoio do CONANDA e de suas
414 comissões permanentes. Com relação ao acompanhamento dos convênios, a Conselheira
415 Carmen Silveira de Oliveira propôs o envio ao CONANDA de uma planilha detalhando os
416 convênios celebrados e, na plenária, dividir a responsabilidade do acompanhamento dos
417 convênios de acordo com a especificidade de cada comissão. Sugeriu ainda que, a partir do
418 planejamento do próximo biênio, quando o CONANDA estabeleceria temas e estratégias
419 prioritárias, fosse definida a participação nas comissões a partir da especialidade de cada
420 conselheiro. Na seqüência, a Conselheira Miriam Maria José dos Santos destacou que o envio
421 dos projetos nacionais para as comissões permanentes para posterior aprovação foi
422 extremamente positivo. Sugeriu, por fim, mais um dia de plenária, além dos dois já existentes.

423 Diante dessas proposições, o Sr. Fabio Feitosa da Silva propôs também uma maior
424 aproximação dos programas desenvolvidos pela gestão da SPDCA em relação ao CONANDA
425 e, além disso, sugeriu que estas e outras proposições fossem tratados no planejamento do
426 Conselho. Adotando a proposição do Sr. Fabio Feitosa da Silva, a Conselheira Carmen
427 Silveira Oliveira sugeriu a constituição de uma comissão mista para a análise de projetos do
428 FIA. Nesse sentido, sugeriu dois dias regulares da plenária e no dia anterior uma reunião desta
429 nova comissão. Ressaltou, por fim, que a SDH possuía na sua estrutura oito colegiados e o
430 CONANDA era o único colegiado que se reunia mensalmente dois dias. Portanto, antes de
431 acrescer mais um dia, era necessário discutir e melhorar os fluxos do Conselho. Isto posto, o
432 Conselheiro Carlos Nicodemos propôs a criação de um protocolo para orientar os fluxos e
433 estabelecer determinados procedimentos. **Política Nacional e Plano Decenal dos Direitos**
434 **Humanos da Criança e do Adolescente.** O Sr. Fabio Feitosa da Silva relatou que os
435 representantes da sociedade civil, em reunião, não conseguiram esgotar todo o debate em
436 torno da Política e do Plano Decenal. Com tanto, a Conselheira Carmen Silveira de Oliveira
437 informou que a intenção era sintetizar em um único documento a política e o plano decenal.
438 Todavia, a política nacional acabou sendo sub redigida, ou seja, a exemplo de outras políticas,
439 faltava texto para ser realmente uma política nacional, o que se tinha, na verdade, eram as
440 bases para uma política nacional e não propriamente a política nacional. Com isto, propôs a
441 consideração que não se finalizava a política nacional e que o CONANDA, no primeiro
442 semestre de dois mil e onze, completasse a formulação da política naquilo que faltava. Deste
443 modo, que constasse do Plano Decenal um item chamado “bases para a política nacional”.
444 Sugeriu, com tudo, que o a Política Nacional fosse o tema e o objeto de discussões da 9ª
445 Conferência Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente. Por fim, sugeriu a aprovação
446 em março do Plano Decenal. **Prazo das Conferências Nacionais e o tema da 9ª**
447 **Conferência Nacional.** A Conselheira Carmen Silveira de Oliveira sugeriu a transferência da
448 Conferência Nacional para meados de 2012, na semana de aniversário do Estatuto da Criança
449 e do Adolescente, destacando como vantagem que o período de ocorrência da mesma
450 diminuiria em seis meses, antecipando-se ao processo eleitoral municipal, além do
451 barateamento dos custos. Contudo, a Conselheira Miriam Maria José dos Santos destacou que
452 a periodicidade de ocorrência das conferências de três em três anos foi aprovada através de
453 moção e sugeriu publicar uma resolução comunicando a alteração de datas. Proposta esta que
454 foi acatada. Para tanto, o CONANDA deliberou a data de 20 de janeiro para apresentar a
455 minuta de resolução aos demais e ser aprovada na assembleia seguinte. Na sequência, o Sr.
456 Fabio Feitosa da Silva propôs como data para a reunião com a futura Ministra da SDH, Maria
457 do Rosário, os dias 26 e 27 de janeiro. Ao passo que a Carmen Silveira de Oliveira lembrou
458 que teriam que conciliar as agendas. Posto isto, o Sr. Fabio Feitosa da Silva informou que o

459 mesmo e a Vice-Presidente do CONANDA elaborariam a pauta deste encontro. Após,
460 solicitou propostas de pauta para a próxima assembleia. Ao passo que o mesmo informou que
461 como pauta já estava proposta: a aprovação da resolução da 9ª Conferência; aprovação das
462 atas ainda não aprovadas; Edital de Seleção dos Projetos para Financiamento do FIA. A
463 Conselheira Miriam Maria José dos Santos solicitou uma parte do dia para a discussão do
464 Plano Decenal. Fabio Feitosa da Silva solicitou à Secretaria-Executiva que fosse encaminhado
465 um e-mail de agradecimento pela participação na consulta pública do Plano Decenal e
466 postagem também no Portal. **Encerramento.** Vencidos todos os pontos de pauta e nada mais
467 havendo a ser tratado, o Sr. Fabio Feitosa da Silva, encerrou a reunião. Deste modo, subscreve
468 esta.
469